

✓ Gênero e agricultura familiar: A (in)visibilidade feminina na liderança dos empreendimentos¹

Lélia Nogueira da Silva²

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Estadual da Paraíba,
Universidade Estadual da Paraíba
(PPGDR-UEPB)
lelia.silva@aluno.uepb.edu.br
<https://orcid.org/0009-0009-0131-7775>

José Gomes Ferreira

Professor visitante Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Regional da Universidade Estadual
da Paraíba, Universidade Estadual da
Paraíba (PPGDR-UEPB) e do Programa
de Pós-graduação em Estudos Urbanos e
Regionais da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte (PPEUR-UFRN)
jose.ferreira@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0002-2539-1111>

Winifred Knox

Professora do Programa de Pós-
graduação em Estudos Urbanos e
Regionais da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte (PPEUR-UFRN)
winifred.knox@ufrn.br
<https://orcid.org/0000-0002-4415-6213>

Resumo: A agricultura familiar vem-se assumindo como alternativa à produção intensiva de alimentos característica do agronegócio, alcançando 23% da produção agropecuária brasileira em termos de rentabilidade (IBGE, 2019). Mas esse não é o único dado relevante, uma vez que na sequência de várias lutas dos movimentos feministas vem dando relevância ao papel da mulher no campo, invisibilizado por conta da herança patriarcal da colonização. Por conseguinte, não são as práticas agroecológicas menos danosas ao meio ambiente, que se destacam, mas também o papel da mulher na dinamização dos espaços produtivos, de comercialização e participação social. O artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres na agricultura familiar na microrregião do Brejo Paraibano, procedendo para o efeito à análise dos resultados do Censo Agropecuário de 2017 e à revisão da literatura. Conclui-se que vem sendo progressiva a liderança feminina dos empreendimentos, porém, ainda se mostra distante de alcançar direitos de equidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Gênero; Brejo paraibano;
Desenvolvimento regional; Segurança alimentar.

¹ No título referimo-nos a empreendimentos, é essa a designação atribuída no contexto da economia popular e solidária (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023), todavia, no Censo agropecuário o IBGE (2003) refere-se estabelecimentos, pelo que mantivemos empreendimentos na perspectiva de mapeamento de associações e outras organizações coletivas do setor e fizemos uso da terminologia estabelecimentos na análise dos dados. Trabalho faz parte de relatório de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba -UEPB.

² A pesquisadora possui uma bolsa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)- Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação (PRAPG) – Código de Financiamento 001-Processo 88887.990146/2024-00

EN Gender and family farming: The (in)visibility of women in business leadership

Abstract: Family farming has emerged as an alternative to the intensive food production characteristic of agribusiness, accounting for 23% of Brazilian agricultural production in terms of profitability (IBGE, 2019). However, this is not the only relevant factor, as the feminist movement's ongoing struggles have highlighted the role of women in rural areas, which had been largely invisible due to the patriarchal legacy of colonization. Consequently, it is not the less environmentally harmful agroecological practices that are highlighted, but also the role of women in the dynamization of productive spaces, marketing, and social participation. This article aims to analyze women's participation in family farming in the Brejo Paraibano microregion, analyzing the results of the 2017 Agricultural Census and reviewing the literature. The conclusion is that female leadership in these enterprises has been growing, but remains far from achieving equality.

Keywords: Family farming; Gender; Brejo Paraibano; Regional development; Food security.

ES Género y agricultura familiar: La (in)visibilidad de las mujeres en el liderazgo empresarial

Resumen: La agricultura familiar ha emergido como una alternativa a la producción intensiva de alimentos característica de la agroindustria, representando el 23% de la producción agrícola brasileña en términos de rentabilidad (IBGE, 2019). Sin embargo, este no es el único factor relevante, ya que las luchas constantes del movimiento feminista han resaltado el papel de las mujeres en las zonas rurales, que habían sido en gran medida invisibles debido al legado patriarcal de la colonización. En consecuencia, no son las prácticas agroecológicas menos perjudiciales para el medio ambiente las que se destacan, sino también el papel de las mujeres en la dinamización de los espacios productivos, la comercialización y la participación social. Este artículo busca analizar la participación de las mujeres en la agricultura familiar en la microrregión de Brejo Paraibano, analizando los resultados del Censo Agropecuario de 2017 y revisando la literatura. La conclusión es que el liderazgo femenino en estas empresas ha sido progresivo, pero aún está lejos de alcanzar la igualdad.

Palabras-clave: Agricultura familiar; Género; Ciénaga de Paraíba; Desarrollo regional; Seguridad alimentaria.

FR Genre et agriculture familiale: l'(in)visibilité des femmes dans le leadership des entreprises

Résumé: L'agriculture familiale s'est imposée comme une alternative à la production alimentaire intensive caractéristique de l'agro-industrie, représentant 23 % de la production agricole brésilienne en termes de rentabilité (IBGE, 2019). Cependant, ce n'est pas le seul facteur pertinent, car les luttes actuelles du mouvement féministe ont mis en lumière le rôle des femmes en milieu rural, jusque-là largement invisible en raison de l'héritage patriarcal de la colonisation. Par conséquent, ce ne sont pas les pratiques agroécologiques, moins néfastes pour l'environnement, qui sont mises en avant, mais aussi le rôle des femmes dans la dynamisation des espaces productifs, la commercialisation et la participation sociale. Cet article vise à analyser la participation des femmes à l'agriculture familiale dans la microrégion de Brejo Paraíba, en analysant les résultats du recensement agricole de 2017 et en passant en revue la littérature. La conclusion est que le leadership féminin dans ces entreprises a été progressiste, mais reste loin d'atteindre l'égalité.

Mots-clés: Agriculture familiale ; Genre ; Marais de Paraíba ; Développement régional ; Sécurité alimentaire.

INTRODUÇÃO

Neste artigo destacamos os aspectos principais que permeiam a invisibilidade das mulheres, que na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar continuam tendo desvalorizado o seu trabalho produtivo, ainda mais, afastando-as dos espaços de poder e de decisão, mantendo-a numa posição subordinada ao parceiro, impedindo a conquista de liberdade, autonomia e dignidade. É atribuída de forma histórica ao homem a responsabilidade pelas tarefas no mundo público, enquanto isso, a mulher é encarregada do mundo privado, da casa, da reprodução biológica e espiritual do núcleo familiar, da manutenção da moral e das tradições (Damke; Cassol; Gomes, 2019).

A liderança dos empreendimentos da agricultura familiar atividade ainda se apresenta como formalmente liderada por homens, repercutindo os papéis tradicionais de divisão social e doméstica do trabalho. Os movimentos feministas e de defesa da agricultura familiar têm procurado reverter esta imagem, dando destaque à mulher. Tal como afirmam Schneider *et al.* (2020, p. 249), é possível observar que os papéis sociais das mulheres rurais “são marcados por inúmeras lutas na busca pelo acesso de direitos e reconhecimento enquanto cidadãs”, sendo que “Para as mulheres rurais, essas lutas também estão ligadas às reivindicações pela visibilidade e valorização de seu trabalho, bem como do reconhecimento enquanto trabalhadoras”.

A mobilização das últimas décadas tem dado visibilidade às pautas feministas, designadamente rurais, ganhando relevância através de movimentos sociais de amplitude nacional e local, protagonizando uma luta contra a violência de gênero, em defesa da agricultura familiar e contra o atual modelo de desenvolvimento, acusando-o de estar na origem de novas desigualdades e de vulnerabilizar as comunidades tradicionais na qual residem.

Este artigo foca-se na análise dos resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) de modo a analisar as disparidades de gênero na liderança dos empreendimentos. O artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres na agricultura familiar na microrregião do Brejo Paraibano a partir da liderança dos empreendimentos, considerando igualmente

a tipologia dos mesmos, a área e destinação da produção”. Para tal, propomos analisar os resultados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), discutindo os resultados com base no contexto regional e nacional e em face das pesquisas sobre a temática.

Segundo a nossa hipótese, apesar dos dados do Censo revelarem ainda o predomínio da presença dos homens na liderança dos estabelecimentos rurais, as mulheres têm assumido visibilidade na agricultura familiar. E a maior presença dos homens no Censo resulta da aceitação de papéis pelas mulheres, no sentido formal, de uma aparente atuação submetida aos homens, mas que tem se mostrado contrariamente evidente nos bastidores e igualmente de movimentos sociais locais.

A escolha da microrregião do Brejo Paraibano se dá pelas seguintes razões: pelo fato de um dos pesquisadores residir na área; por o tema integrar uma pesquisa mais alargada de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba; e pelo fato da microrregião se destacar pelas práticas agrícolas e pelo lastro de participação social das mulheres com pautas reivindicativas por direitos de igualdade e autonomia de gênero, assim como pelo fortalecimento do mundo rural a partir das comunidades tradicionais (Marcha das Margaridas, 2023).

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Os pequenos agricultores sempre tiveram dificuldade em serem percebidos pela sua importância frente à questão da segurança e soberania alimentar e, assim, colocados como prioridade nas políticas públicas pelo Estado brasileiro. A reforma agrária esteve sempre na pauta das lutas sociais no campo, por vezes reprimida com violência. A Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos, resultando em transformações ocorridas a partir da década de 1990, designadamente o surgimento da agroecologia e a consolidação do acesso a políticas públicas,

como o microcrédito à pequena propriedade pelas famílias, com grande ampliação na primeira década do séc. XXI, tornou a agricultura familiar um relevo igualmente importante na produção de alimentos no país. Percebe-se que com políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e outros programas de microcréditos, que falaremos mais adiante, introduz-se uma alteração não apenas na prática da agricultura para a própria alimentação da família, mas igualmente incorporam novas dinâmicas sociais. Dando destaque à transformação da economia da troca para uma economia solidária, cujos novos fundamentos organizam os papéis sociais e os sistemas produtivos em rede. A partir dessa década, as políticas públicas passaram a dar resposta a demandas reivindicativas dos movimentos sociais, que propunham um outro olhar sobre o acesso à terra e a definição de novos modelos produtivos (Delgado; Bergamasco, 2017).

As transformações advindas com a Economia Solidária permitiram a construção de novos espaços de troca, que passaram a ser um elemento-chave para novas estratégias de inclusão, não apenas em virtude do potencial retorno financeiro, mas porque eles também se constituem em importantes mecanismos de valorização dos componentes simbólicos que identificam, distinguem e qualificam os alimentos oriundos das diferentes agriculturas familiares (Delgado; Bergamasco, 2017). Por outro lado, na perspectiva do desenvolvimento regional, assim como da construção da resiliência, a inclusão de produtos em programas como o de alimentação escolar abre a possibilidade de valorizar alimentos regionais com forte identidade cultural, proporcionando segurança alimentar para os agricultores e fortalecendo o papel das comunidades locais no abastecimento do país com alimentos (Grisa; Schneider, 2015; Delgado; Bergamasco, 2017; Schneider *et al.*, 2020).

A mudança provocada resulta de um novo entendimento sobre desenvolvimento rural, por sua vez colocado em prática a partir da convergência de diversas medidas, das quais destacamos a aprovação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), associada a outras

políticas diferenciadas de desenvolvimento rural e de aquisição de alimentação escolar pelos municípios. Entretanto, embora a reforma agrária tenha estado sempre na pauta das lutas sociais no campo, por vezes reprimida com violência, ainda não houve avanços significativos. Em 1999, registra-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e em 2001 da Secretaria da Agricultura Familiar, que acabaram institucionalizando uma dualidade da estrutura agrária e fundiária no país. Em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar, que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Fora da esfera institucional, não podemos ignorar a importância das propostas críticas ao modelo de desenvolvimento rural vigente que consolidou o movimento agroecológico após a edição do livro de Miguel Altieri, "Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável", publicado em 1998 (Altieri, 2004), trazido no contexto do debate sobre a temática da agricultura sustentável, impulsionada após a realização da Conferência do Rio sobre meio ambiente em 1992.

Na cronologia dos acontecimentos, Grisa e Schneider (2015) identificam três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. A primeira política surge no governo Itamar Franco, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), cuja implementação ocorreu somente em 1994 e consistia em crédito com juros reduzidos financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além do curto período de implementação, atendeu um número reduzido de agricultores em virtude do baixo orçamento e das condições restritivas impostas pelas instituições financeiras para concessão de crédito a este público. Porém, a sua implementação serviu de ponto de partida para a criação do PRONAF, criado em 1995, e efetivamente implementado a partir de 1996. O que mais se destaca no PRONAF é a articulação com outras políticas públicas, entre as quais de assistência técnica, acesso a crédito rural, seguro de colheita, garantia de preço, venda (local) da produção e política de assentamentos e reforma agrária.

A segunda geração de políticas para a agricultura familiar passa também pela construção de um referencial social e assisten-

cial, com aproximação da agricultura familiar às políticas sociais. A partir das autoras (Grisa; Schneider, 2015), verificamos que esta geração possui avanços específicos vinculados à agricultura familiar e avanços igualmente nas políticas sociais que dialogam com as primeiras, ocorrendo cada uma em duas fases. Na fase 1 da agricultura familiar, assiste-se à criação da Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf. Na época havia o receio de que o Pronaf se confundisse com programas de assistência social, pelo que se dá um afastamento progressivo do Programa Comunidade Solidária. Outro receio foi de que as regras e normas do PRONAF reproduzissem desigualdades na agricultura familiar. Por sua vez, quanto às políticas sociais, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Comunidade Solidária, propondo avançar na parceria Estado-sociedade e contemplar ações relacionadas como a questão da alimentação, da miséria, da pobreza e da inequidade, conferindo “selo de prioridade” a 16 programas, entre essas prioridades a agricultura familiar.

Na fase 2, no referente às políticas de agricultura familiar, em 2002, foi estabelecido o Programa Garantia Safra, um seguro de colheita com funções assistenciais, e em 2003 a Infraestrutura e Serviços Municipais deu lugar ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Enquanto isso, em 2010, nas políticas sociais, o governo presidido por Lula da Silva criou o Programa Fome Zero, que entre outras medidas incluía o programa Bolsa Família. No ano seguinte, o governo de Dilma Rousseff criou o Plano Brasil Sem Miséria, dando-se um incremento do Programa Bolsa Família, e a criação do Brasil Carinhoso (2012) e do Programa Bolsa Verde (2011). Antes disso, em 2008, foi também criado o Programa Territórios da Cidadania.

Por último, segundo as autoras, a terceira geração de políticas para a agricultura familiar avança com a construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Esta geração apresentava um histórico de outras políticas ou tentativas de as implementar. Destaque para a Política Nacional de Segurança Alimentar, de 1991, que acabou não sendo implementada, mas também para a mobilização “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” e “Campanha Nacional de Combate à Fome”, de 1993. E no mesmo ano de 1993, para o fato de ter

sido estabelecido o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Na sequência, o Consea foi restabelecido no governo Lula e foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – tornou-se ministro José Graziano da Silva.

Por sua vez, o programa Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado. O projeto ressaltava o potencial do mercado institucional em múltiplos aspectos: na alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas etc.; na necessidade de fortalecimento da agricultura familiar; na criação de canais de comercialização e geração de renda; na dinamização da economia dos municípios e das regiões; no estabelecimento de circuitos curtos de produção/comercialização; no atendimento às necessidades alimentares da população mais vulnerável; no destaque a dar às crianças em idade escolar; e na introdução de elementos de diversidade regional em cardápios.

No sentido de garantir a concretização do PRONAF a partir da articulação com outras políticas e programas, em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar. E em 2009, foi aprovado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determinando que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (Grisa; Schneider, 2015).

Nos anos mais recentes, ganhou visibilidade o que podemos considerar uma quarta geração de políticas familiares ao ver fortalecer o debate sobre a temática de gênero na agricultura brasileira. Por outro lado, temos assistido ao reforço das redes de venda dos produtos.

A mobilização dos movimentos feministas em defesa da agricultura familiar e das comunidades tradicionais é um dos pontos em destaque nesta quarta geração. Em particular, no estado da Paraíba, ganhou relevância pública a Marcha das Margaridas, marcha de mulheres na defesa da agricultura familiar,

que nas últimas edições tem colocado em pauta o impacto das energias renováveis no modo de vida tradicional, como também pela sustentabilidade, justiça socioambiental, autonomia e igualdade (Marcha das Margaridas, 2023). Porém, a relevância das mulheres na agricultura familiar tem expressão nacional. Tal como afirmam Schneider *et al.* (2020, p. 249), é possível observar que os papéis sociais das mulheres rurais:

são marcados por inúmeras lutas na busca pelo acesso de direitos e reconhecimento enquanto cidadãs. Para as mulheres rurais, essas lutas também estão ligadas às reivindicações pela visibilidade e valorização de seu trabalho, bem como do reconhecimento enquanto trabalhadoras.

GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

A temática de gênero vem sendo analisada no contexto rural, em particular no protagonismo das mulheres do campo no fortalecimento da agricultura familiar. Em resultado do legado histórico, que remete as mulheres à invisibilidade delas no comando da casa e na agricultura, o protagonismo feminino ainda não é percebido nos resultados dos Censos Agropecuários. Desse modo, à mulher ainda não é dado seu papel real de importância, apesar de ser indispensável para a propriedade rural, quando não é a figura principal do estabelecimento e da rede de trocas e venda dos produtos (Dos Santos; Bohn; Almeida, 2020).

A herança patriarcal predomina no Brasil, em particular no contexto rural, deixando, vez por outra, à mulher um papel público secundário ou mesmo inexistente, quando, na prática acaba sendo ela quem, muitas vezes, gera os estabelecimentos. Essa razão se explica pelo fato de que na hora de preencher o Censo as mulheres não apareçam, por cederem ao homem esse privilégio público do patriarcado de o homem representar a família, mantendo-se a tradicional divisão doméstica no trabalho com as mulheres. Pelo que a sua participação não é devidamente reconhecida e o seu papel na esfera doméstica e

reprodutiva da família acaba se naturalizando como se fosse o único papel, quando, na verdade exerce múltiplas funções no lar e na agricultura (Damke; Cassol; Gomes, 2019; Dos Santos, 2016).

Como afirmam Damke, Cassol, Gomes (2019, p.65), as relações de gênero acabam se estruturando “de modo a favorecer e suscitar a superioridade econômica, política e moral do homem sobre a mulher – havendo ainda a desvalorização do caráter economicamente produtivo desta”. O que resulta na sobrevalorização das atividades produtivas dos homens, por vezes realizadas em trabalho formal, e da secundarização do trabalho feminino na agricultura familiar e na sociedade na totalidade (Dos Santos, 2016). Como pontuam Dos Santos, Bohn, Almeida (2020), a mulher exerce um duplo papel, na sua dedicação, contando com mais de uma atividade e jornadas de trabalho, assim como a relação assimétrica historicamente estabelecida, que acaba conferindo maior protagonismo social aos homens, quando as mulheres, além da função reprodutiva e do papel tradicional de provedoras da educação dos filhos e cuidado do lar, ainda se dedicam à agricultura. Adicionalmente, na realização desses papéis, a mulher vê igualmente reconhecido o seu importante contributo na implementação de políticas de desenvolvimento rural e coesão socioterritorial (Dos Santos; Bohn; Almeida, 2020; Meus; Ethur, 2021).

Vieira *et al.* (2019), mas também Schneider *et al.* (2020), fazem uma leitura positiva da inserção das mulheres na agroecologia e agricultura familiar. Vieira *et al.* (2019, p.7) quando destaca a importância da agroecologia na manutenção das populações no campo e, em particular, no contributo “que a Agroecologia é capaz de ajudar as mulheres a construir maiores níveis de autonomia e empoderamento”, reafirmando que “O poder e a autonomia são questões centrais para as mulheres que estão envolvidas com a Agroecologia” (Vieira *et al.* (2019, p.8), ao permitir colocar em prática os seus conhecimentos e assumindo um papel fundamental na sua transmissão.

Schneider *et al.* (2020, p. 247) relembram que um dos aspectos centrais da agricultura familiar está no envolvimento de todo o núcleo familiar no trabalho e na gestão da unidade produtiva, não havendo a separação do tempo de trabalho e da família”. Assim, levando em conta que a mulher gere historicamente o espaço

doméstico, o seu papel no que se refere à sua contribuição nas unidades familiares de produção poderá ser reforçado. Nesse sentido, reforçam igualmente que o novo “rural não é apenas um espaço de produção, ele é palco de multifuncionalidades e pluriatividades, além das relações sociais existentes” (Schneider *et al.*, 2020, p.249). Desse modo, o debate alarga-se para o desenvolvimento rural e para o papel das mulheres na transformação em curso no campo, debatendo igualmente que os papéis sociais desempenhados pelas mulheres na sociedade moderna são marcados por inúmeras lutas na busca pelo acesso a direitos e reconhecimento, e reivindicações pela visibilidade e valorização de seu trabalho enquanto trabalhadoras.

Nos anos mais recentes, ganhou visibilidade o que podemos considerar uma quarta geração de políticas familiares ao ver fortalecer o debate sobre a temática de gênero na agricultura brasileira. Por outro lado, temos assistido ao reforço das redes de venda dos produtos. Em particular, no semiárido nordestino, essa quarta geração é igualmente marcada pela progressão de tecnologias sociais para lidar com a escassez de água e fazer face aos impactos das mudanças climáticas, no qual se destaca igualmente o papel das mulheres (Ferreira *et al.*, 2023).

METODOLOGIA

Para concretizar os nossos objetivos, propomos uma pesquisa de caráter quantitativo a partir dos bancos de dados existentes, na qual faremos revisão analítica da literatura sobre a agricultura familiar e a temática do gênero. Trata-se, nas palavras de Gil, de um exemplo em que “nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas *a priori*, o que simplifica sobremaneira o trabalho analítico” (Gil, 1002, p.134). Nesse sentido, a análise dos dados será descritiva e com base na seleção de indicadores do Censo Agropecuário de 2017, selecionando escritores espaciais, de gênero e tipologia de empreendimentos, o que permitirá a primeira leitura de resultados e debater as tendências a partir da tipologia de respostas que caracterizam a população motivo da pesquisa, com possibilidade de se desenvolver a partir daí teorias explicativas (Troya, 2019).

A análise tem por base o recorte geográfico das extintas microrregiões, que em 2017 deram lugar às regiões geográficas intermediárias e imediatas na revisão da divisão regional brasileira do IBGE. Essas microrregiões, para os nossos objetivos, agregam dimensões simbólicas, de clima, relevo e práticas socioeconômicas que merecem destaque. Nesse sentido, o recorte apresenta estatísticas a partir da especificidade da microrregião do Brejo, no estado da Paraíba.

A coleta de dados estatísticos foi realizada essencialmente no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tanto dados demográficos de caracterização demográfica da microrregião quanto os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2023) e para a análise da tipologia de explorações, dimensão, participação das mulheres e principais produtos da agricultura familiar recorremos igualmente aos dados do IBGE, mas neste caso relativo ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019). O referido Censo Agropecuário, designadamente na versão em relatório de 2022, enfatiza a importância da agricultura familiar junto das mulheres indígenas, alinhando, aliás, a discussão com a Agenda 2030.

Procedemos igualmente a uma revisão narrativa da literatura sobre as temáticas agricultura familiar e gênero, destacando a herança patriarcal que tem permitido e invisibilidade da mulher e o movimento no sentido de reverter essa injustiça, questão em que ganham relevo os movimentos feministas, nacionais e regionais.

CARACTERIZAÇÃO DO BREJO PARAIBANO

O Brejo paraibano é uma microrregião do estado da Paraíba constituída pelos municípios de Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Alagoa Nova, Pilões, Serraria, Borborema e Matinhas. Por outro lado, a microrregião, em particular o município de Alagoa Grande, ganha visibilidade por estar na origem da Marcha das Margaridas, realizada em Brasília, a cada quatro anos.

Figura 1 - Localização do Brejo Paraibano

Fonte: Elaborado
Cícero Belarmino a
pedido dos autores



O movimento é inspirado em Margarida Maria Alves, conhecida trabalhadora rural e sindicalista, assassinada a 12 de agosto de 1983. Nos anos mais recentes, o movimento tem ganhado força nas pautas reivindicativas não só na necessidade de melhores condições para a agricultura familiar, como também na defesa de direitos sociais, no combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta, mas igualmente nos impactos da aprovação de empreendimentos eólicos nas comunidades da região, afetando nas atividades tradicionais e ocupação do solo (Marcha das Margaridas, 2023).

A região situa-se a norte da cidade de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado, e possui uma área de 1.164 km². Segundo o último censo demográfico, residem na região 113.327 habitantes, concentrando os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia e Bananeiras 92.842 habitantes. Tal como mostra a Tabela 1, o número de habitantes femininos é superior em 1799 habitantes relativamente ao masculino, porém, nos municípios da Borborema e Matinhas, o número de homens é ligeiramente superior, respectivamente, 8 e 31 habitantes.

Tabela 1 - População residente no Brejo paraibano

Município	População		
	Total	Homens	Mulheres
Alagoa Grande	26.062	12.643	13.419
Alagoa Nova	21.013	10.361	10.652
Areia	22.633	11.024	11.609
Bananeiras	23.134	11.561	11.573
Borborema	4.214	2.111	2.103
Matinhas	4.571	2.301	2.270
Pilões	6.815	3.367	3.448
Serraria	4.885	2.396	2.489
Total	113.327	55.764	57.563

Fonte: IBGE (2023)

Para a construção da Tabela 2, consultamos IBGE Cidades (2024) para o Estado da Paraíba, selecionando os municípios da microrregião, o qual apresenta dados atualizados na escala municipal, exceto para o caso do IDHM municipal, que mantém a informação de 2010.

A microrregião, além de apresentar características geográficas e climáticas equivalentes, também apresenta dados econômicos semelhantes com algumas particularidades. A Tabela 2 mostra que a cidade com maior PIB per capita é a cidade de Alagoa Nova, no entanto, o salário médio mensal é o menor entre as cidades estudadas. Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), as cidades de Matinhas e Serraria apresentam um baixo índice de desenvolvimento, se encontrando abaixo de 0,55, as demais cidades encontram-se com o IDHM médio.

Tabela 2 - Dados econômicos do Brejo Paraibano

Municípios	PIB 2021	PIB per capita 2021	IDHM 2010	Salário médio mensal dos trabalhadores formais 2022
Alagoa Grande	300116	10.573,42	0,582	1,6
Alagoa Nova	335056	15.961,14	0,576	1,5
Areia	257222	11.435,64	0,594	1,7
Bananeiras	278904	13.143,47	0,568	1,8
Borborema	69205	13.030,55	0,558	1,8
Matinhas	54035	11.933,63	0,541	1,8
Pilões	95436	14.641,92	0,560	1,7
Serraria	67690	11.212,51	0,547	1,7

Fonte: IBGE (2024)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro aspecto a destacar, é que as mulheres ganharam relevância, mas correspondem, no total do país, a apenas 23,1% dos produtores da agricultura familiar. Segundo aspecto, relativamente ao número de estabelecimentos agropecuários totais, o Brasil apresentava no citado Censo 5.073.324 estabelecimentos agropecuários abrangendo uma área de 351.289.816 hectares, sendo que 3.897.408 estabelecimentos praticavam agricultura familiar e ocupavam 80.891.084 hectares. Por sua vez, no estado da Paraíba, o total de estabelecimentos ascendia a 163.218, abrangendo 3.424.540 hectares. Já a agricultura familiar possuía 125.489 estabelecimentos em 1.441.215 hectares.

A Tabela 3 permite conhecer as diferenças em termos de propriedade rural da região, em termos de número de estabelecimentos (totais e agricultura familiar) e de área (igualmente sobre todos os estabelecimentos e aqueles dedicados à agricultura familiar. Os resultados mostram tratar-se de uma microrregião que mantém características tradicionais das propriedades rurais, com pequenas propriedades pertencentes a um número maior de proprietários. Assim, quanto ao número

de estabelecimentos na escala do país a agricultura familiar corresponde a 76,8%, a Paraíba a 76,9%, Alagoa Grande 76,1%, Alagoa Nova 76,5%, Bananeiras 81,5%, Borborema 70,5%, Matinhas 74,4%, Pilões 92,5% e Serraria 80,0%, o que equivale a dizer que se registra uma concentração da pequena propriedade ainda de base familiar.

Tabela 3 - Estabelecimentos agropecuários vs agricultura familiar, por nº e área

Municípios	Número de estabelecimentos		Área		
	Total de estabelecimentos agropecuários	Total de Agricultura familiar	%Agricultura familiar	Total de estabelecimentos agropecuários	Agricultura familiar
Brasil	5.073.324	3.897.408	76,8%	351.289.816	80.891.084
Paraíba	163.218	125.489	76,8%	3.424.540	1.441.215
Alagoa Grande	1.459	1.110	76,1%	23.858	8.567
Alagoa Nova	1.682	1.286	76,4%	7177	4.636
Areia	1.702	1.201	70,5%	18.263	6.564
Bananeiras	2.020	1.647	81,5%	18.916	9.521
Borborema	312	248	79,5%	2.045	1.106
Matinhas	937	697	74,4%	3.226	2.222
Pilões	530	490	92,4%	3.135	2.367
Serraria	579	463	80%	5.527	2.018

Fonte. IBGE (2019)

Por sua vez, a mesma análise por área permite verificar que no país a agricultura familiar corresponde apenas a 23,1% do total da área dos estabelecimentos, na Paraíba essa percentagem sobe para 42,1%, havendo depois oscilações em face dos municípios que integram a região do Brejo: Alagoa Grande 35,9%, Alagoa Nova 64,6%, Areia 35,9%, Bananeiras 50,3%, Borborema 54,1%, Matinhas 68,9% da área é ocupada por agricultura familiar, em Pilões esse percentual sobe para 75,5% e em Serraria não supera 36,2% (IBGE, 2019).

A Tabela 4 informa sobre o número de estabelecimentos e de área em face do gênero do produtor cadastrado, calculando

o percentual das agricultoras familiares sobre o número de homens, por estabelecimento e área obtemos os seguintes resultados. Por número de estabelecimentos no Brasil as mulheres são apenas proprietárias de 24,6% destes, surgindo apenas como proprietárias de 15,5% da área utilizada pela agricultura familiar, por sua vez, na Paraíba esses percentuais sobem, respectivamente, para 30,6% e 17,5%.

Tabela 4 - Agricultura familiar por nº de estabelecimentos e área em face do gênero

	Por nº de estabelecimentos		Por área	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	3127736	769672	70063640	10827444
Paraíba	95363	30126	1226714	214500
Alagoa Grande	797	313	6970	1597
Alagoa Nova	1013	273	3930	707
Areia	828	373	5204	1360
Bananeiras	1310	337	8056	1465
Borborema	207	41	1036	70
Matinhas	515	182	1704	518
Pilões	385	105	1923	444
Serraria	363	100	1770	248

A Tabela 3 traduzido em termos de percentagem diz-nos sobre a microrregião do Brejo paraibano o seguinte em termos de destaque das mulheres por município: em Alagoa Grande 39,3% dos estabelecimentos de agricultura familiar são administrados por mulheres, Alagoa Nova 26,9%, Areia 45,0%, Bananeiras 25,7%, Borborema 19,8%, Matinhas 35,3%, Pilões 27,4% e Serraria 27,5%. Já em termos de área as mulheres surgem como a seguinte distribuição percentual da agricultura familiar: Alagoa Grande 22,9%, Alagoa Nova 18,0%, Areia 26,1%, Bananeiras 18,2%, Borborema 6,8%, Matinhas 30,4%, Pilões 23,1% e Serraria 14,0%.

Fonte: IBGE (2019).

Quanto ao destino da produção, os estabelecimentos têm dinâmicas diferenciadas em face dos municípios, tal como mostra a Tabela 4. Borborema, Matinhas e Pilões destinam majoritariamente a produção para comercialização (inclusive troca ou escambo), os restantes para consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor, que sintetizamos em autoconsumo.

Tabela 5 - Destinação da produção

Municípios	Autoconsumo	% Autoconsumo	Comercialização	%Comercialização
Alagoa Grande	938	84,50%	172	15,50%
Alagoa Nova	838	65,16%	448	34,84%
Areia	901	75,02%	300	24,98%
Bananeiras	1266	76,87%	381	23,13%
Borborema	35	14,11%	213	85,89%
Matinhas	266	38,16%	431	61,84%
Pilões	207	42,24%	283	57,76%
Serraria	418	90,28%	45	9,72%

Fonte: IBGE (2019)

Outro dado relevante refere-se à condição do produtor em relação às terras. Os dados organizados na Tabela 6, também expostos por gênero do proprietário, mostram uma prevalência de terras próprias na generalidade dos municípios. Ainda assim, destacam-se em segundo plano terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva, bem como terras em regime de comodato e ocupadas. São disso exemplo os municípios de Alagoa Grande, Areia, Bananeiras e Pilões.

Tabela 6 - Condição do produtor perante as terras

Municípios	Gênero	Próprias	Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Em regime de comodato	Ocupadas
Alagoa Grande	Total	540	318	45	27	111	100
	Homens	389	235	30	12	79	74
	Mulheres	151	83	15	15	32	26
Alagoa Nova	Total	1249	2	1	7	31	11
	Homens	988	1	-	5	21	7
	Mulheres	261	1	1	2	10	4
Areia	Total	712	175	9	126	81	139
	Homens	493	131	7	76	53	97
	Mulheres	219	44	2	50	28	42
Bananeiras	Total	1165	200	11	59	195	96
	Homens	919	158	11	52	160	84
	Mulheres	246	42	-	7	35	12
Borborema	Total	210	-	3	-	31	1
	Homens	177	-	3	-	24	-
	Mulheres	33	-	-	-	7	1
Matinhias	Total	670	22	1	1	3	1
	Homens	496	15	1	1	2	1
	Mulheres	174	7	-	-	1	-
Pilões	Total	273	173	11	17	8	13
	Homens	222	131	9	13	6	9
	Mulheres	51	42	2	4	2	4
Serraria	Total	298	74	1	1	102	-
	Homens	234	65	1	-	73	-
	Mulheres	64	9	-	1	29	-

Fonte: IBGE (2019).

Outro dado que pode, em futuros aprofundamentos, dar informações sobre o papel da mulher na agricultura familiar diz respeito a quem dirige o estabelecimento agropecuário, tomando-se para análise apenas os dados da agricultura familiar. A codireção do casal é a segunda modalidade mais observada.

Tabela 7 - Quem dirige o estabelecimento

Municípios	Produtor (titular diretamente)	Casal (codireção)	Produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo	Produtores (explorações comunitárias)	Outra pessoa
Alagoa Grande	672	423	11		4
Alagoa Nova	1008	216	58		4
Areia	797	367	34	2	1
Bananeiras	1069	534	42		2
Borborema	230	5	13		
Matinhias	585	105	6		1
Pilões	394	75	21		
Serraria	445	8	8		2

Fonte: IBGE (2019)

Sobre os produtos resultantes dos estabelecimentos de agricultura familiar nos oito municípios, em termos quantitativos, destacam-se em um primeiro grupo os estabelecimentos com a seguinte produção: pecuária e criação de outros animais (2454 estabelecimentos), produção de lavouras permanentes (1968), produção de lavouras temporárias (1945), cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva (1815), Cultivo de outros produtos da lavoura temporária (1484), criação de bovinos (1467). Em um segundo grupo, identificamos Criação de aves (624), produção florestal - florestas nativas (437), cultivo de cereais (333), horticultura e floricultura (291), cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura (288), criação de suínos (195), cultivo de cana-de-açúcar (126), criação de ovinos e caprinos (124) e Cultivo de outros produtos de lavoura permanente (113 estabelecimentos). Finalmente, em um grupo com menor número de estabelecimentos, observamos que se dá: cultivo de laranja (40 estabelecimentos), produção florestal - florestas plantadas (39), criação de outros animais de grande porte (31), criação de outros animais (13), aquicultura (7 estabelecimentos no município de Bananeiras), cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais (3), cultivo de algodão herbáceo

e outras fibras da lavoura temporária (2), produção de sementes e mudas certificadas (1), produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas (1 estabelecimento).

CONCLUSÕES

Este artigo traz um resgate teórico e metodológico sobre a importância para o desenvolvimento rural da inclusão de gênero e de reflexões críticas sobre a constituição dos dados do Censo Agropecuário no Brasil, e a preocupação com a aparente invisibilidade das lideranças nos dados quantitativos.

A partir do Brejo Paraibano, microrregião marcada por lutas feministas que extravasam para o país, de que se destaca a Marcha das Margaridas (2024), a pesquisa buscou analisar, a partir do Censo e da revisão da literatura, o papel da mulher nos estabelecimentos de agricultura familiar. Os resultados mostram que, quando falamos em gênero, há uma pequena representação feminina, que, como foi dito acima, se deve por muitas vezes ao costume provindo do sistema patriarcal em que o homem é o responsável pelo estabelecimento. No entanto, as mulheres vêm ganhando destaque nos estabelecimentos e nos movimentos associativos. Até porque, segundo o IBGE (2024), o estado da Paraíba se destaca como tendo 51,7% dos lares chefiados por mulheres.

O desenvolvimento rural, enquanto agricultura familiar, precisa mais do que políticas agrícolas, resultando também da mobilização e participação de atores populares e institucionais pelo reconhecimento e inclusão de gênero na categoria. O que traria visibilidade no seu campo, alargando-o na resposta à fome e à miséria, assim como na presença no quadro da política alimentar, integrando os territórios da cidadania e do desenvolvimento, buscando fomentar a soberania alimentar e social, praticando preços justos e estimulando a criação de redes de venda locais.

Neste contexto, a participação dos atores locais assume extrema importância. É neste enquadramento que as mulheres vêm assumindo um papel importante na consolidação da agricultura familiar, assim como, de forma mais ampla, vêm reconhecido

o seu papel na família e na comunidade. Os resultados do Censo podem ainda ser pouco expressivos, mas é indiscutível o contributo da mulher do campo, pelo reconhecimento não apenas na família, mas na dinamização do setor produtivo e em busca de papéis na esfera pública. (Damke; Cassol; Gomes, 2019; Dos Santos, 2016). Temos assim, que a agroecologia não produz apenas alimentos, atua igualmente no fortalecimento da mulher, empoderando e permitindo colocar em rede os seus conhecimentos, com a vantagem de se articular em rede (Vieira *et al.*, 2019), dando um contributo decisivo ao desenvolvimento rural e à permanência nos campos. (Schneider *et al.*, 2020).

Trata-se sobretudo de um reconhecimento da sua participação, retirando-as da invisibilidade dos contextos tradicionais, sendo que, por outro lado, os movimentos feministas têm exercido forte pressão no sentido desse reconhecimento e igualdade de papéis. Ainda que as estatísticas revelem que o caminho continua sendo longo, o gradual surgimento das mulheres, tanto nos movimentos sociais como na liderança dos estabelecimentos, é um fato incontestável. Somente ações afirmativas e iniciativas educativas e comunicativas mais abrangentes podem acelerar esse processo.

Relativamente aos dados apresentados, revelou-se a importância da agricultura familiar na microrregião do Brejo Paraibano, mostrando que é também uma agricultura com objetivos de mercado, além, e não apenas com vocação solidária, e da troca entre os membros da família.

Quanto ao mercado, canais de escoamento da produção e as dinâmicas familiares na atualidade, o artigo não procedeu a essa análise, mas deixa pistas para prosseguir a pesquisa

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4^a ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DAMKE, Luana Inês; CASSOL, Cristina Anita; GOMES, Clandia Maffini. Discriminação, preconceito e dominação: A luta das mulheres por mais espaço e representação na sociedade brasileira. **Diálogo**, n. 40, p. 55-68, 2019.

DA SILVA, Lélia Nogueira.; FERREIRA, José Gomes. Gênero e agricultura familiar no Brejo paraibano. **Anais do 8. Encontro Nacional da Rede de Estudos Agrários: pesquisa e extensão em rede**: o protagonismo da agricultura familiar em tempos de crise climática e alimentar: 17 a 20 de setembro de 2024, São Cristóvão (SE)/Rede de Estudos Agrários, São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2024.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DOS SANTOS, Jordan Brasil; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de economia**, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

DOS SANTOS, Nilma Angélica. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, p. 331-337, 2016.

FERREIRA, José Gomes; GOMES, Matheus Fortunato Barbosa; FIGUEREDO, Elayne da Silva; XAVIER, Juliana de Souza Água, semiárido e sustentabilidade: aplicando o ODS 6 aos

municípios do Rio Grande do Norte. **MIX Sustentável**, v. 9, n. 2, p. 75-90, 2023.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Censo 2022**: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em: 17 out. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9830>. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38166&t=resultados>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IBGE CIDADES. **Paraíba**, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 12 agost. 2025.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha 2023.**
Disponível em <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>.
Acesso em: 17 mai 2024.

MEDEIROS, Pedro. A dramaturgia democrática: aproximações entre Erving Goffman e a teoria da democracia. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 3, n. 4, p. 29-47, 2015.

MEUS, Albina Graciela Aguilar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. Revista Conexão UEPG, n. 17, p. 31, 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Popular e Solidária**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SCHNEIDER, Clair Odete; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 21, n. 2, 2020. DOI: 10.20435/inter. v21i2.2560.

TROYA, Arsenio Hidalgo. Técnicas estadísticas en el análisis cuantitativo de datos. **Revista Sigma**, 15 (1), p. 28-44, 2019.

VIEIRA, Marcia Gilmara Marian et al. Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino. **Em Extensão**, v. 18, n. 2, 2019.